

NOTA INFORMATIVA

Programa de Financiamento da República Portuguesa para 2010

Sob proposta do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público foi aprovado pela Tutela o Programa de Financiamento para 2010. A proposta foi elaborada na sequência da aprovação do Orçamento do Estado para 2010 na Assembleia da República a 12 de Março e, como tal, tem já em conta o financiamento realizado durante grande parte do primeiro trimestre do ano. Este programa contempla as linhas gerais da política a seguir em termos da gestão da dívida directa e das disponibilidades de tesouraria do Estado.

1. Necessidades de financiamento

O montante das necessidades de financiamento do Estado, no ano de 2010, a satisfazer por recurso à emissão bruta de instrumentos de dívida de médio e longo prazo e ao financiamento líquido de curto prazo, deverá situar-se entre EUR 24 e 25 mil milhões (dependendo do valor final das recompras de OT com vencimento em 2011 que venham a ser realizadas ao longo do ano).

2. Estratégia de gestão

O programa de financiamento visa assegurar o financiamento requerido pela execução orçamental, prossequindo os objectivos de minimização dos custos da dívida numa perspectiva de longo prazo e a não exposição a riscos excessivos, através da implementação das estratégias definidas para a emissão de instrumentos de dívida pública, redução do saldo da dívida, minimização dos excedentes de tesouraria e limitação e controlo dos riscos, incluindo de refinanciamento, crédito e taxa de juro.

3. Emissão de Obrigações do Tesouro

O financiamento líquido da República, em 2010, voltará a concentrar-se na emissão de Obrigações do Tesouro (OT), continuando a criar condições para aprofundar a liquidez e manter um funcionamento eficiente dos mercados primário e secundário.

O montante de financiamento a ser satisfeito através da emissão bruta de OT situar-se-á entre EUR 20 e 22 mil milhões. Em Fevereiro de 2010 foi já emitida uma nova série de OT, na maturidade dos 10 anos, prevendo-se a abertura de uma segunda nova série durante o segundo trimestre, com maturidade e data a ser oportunamente anunciada ao mercado. A sua abertura decorrerá, como habitualmente, e tal como ocorreu com a OT 4,8% Junho 2020, através de sindicato bancário constituído pelos Operadores Especializados de Valores do Tesouro (OEVT), num montante mínimo de EUR 3 mil milhões, sendo posteriormente reaberta através de leilão. Em complemento do lançamento destas novas séries e respectivas reaberturas ao longo do ano, serão também reabertas outras séries, emitidas em anos anteriores, com o objectivo de aumentar a sua dimensão e liquidez, podendo o seu montante máximo vir a situar-se em EUR 10 mil milhões.

Os leilões de OT terão a participação dos OEVT e dos Operadores do Mercado Primário (OMP), continuando a privilegiar-se para a sua realização a segunda e a quarta quartas-feiras de cada mês. As datas dos leilões e as séries de OT a serem reabertas serão anunciadas ao mercado até ao quinto dia útil

anterior à data da respectiva realização. Quando a procura de mercado assim o justifique, poderão ser oferecidas simultaneamente duas séries de OT, caso em que o montante indicativo anunciado dirá respeito a ambas as séries. A decisão de alocação a cada série caberá ao IGCP em função da procura verificada e do respectivo preço. O montante indicativo dos leilões de linha única situar-se-á entre EUR 750 e 1000 milhões, e entre EUR 1500 e 2000 milhões no caso de reabertura de duas séries em simultâneo. Prevê-se a reabertura de 5 a 7 séries de OT, através de leilão, durante o segundo trimestre de 2010.

4. Emissão de Bilhetes do Tesouro

O financiamento líquido resultante da emissão de BT deverá ser positivo em 2010, entre EUR 1 e 2 mil milhões. Serão lançadas 8 novas linhas em 2010: as linhas BT 21 Janeiro 2011, BT 18 Fevereiro 2011 e BT 18 Março 2011 foram já lançadas no primeiro trimestre. Durante o resto do ano, serão lançadas as linhas BT 22 Julho 2011, BT 19 Agosto 2011, BT 23 Setembro 2011, BT 21 Outubro 2011 e BT 18 Novembro 2011. O programa de BT passa a incluir a partir de 2010 a emissão de 8 a 12 linhas de BT, estabelecendo-se como regra que não serão emitidas as linhas cuja maturidade coincida com o vencimento de instrumentos de médio e longo prazo – OT.

As linhas continuarão a ser lançadas através de 2 leilões consecutivos, sendo o primeiro leilão de lançamento realizado na 3ª quarta-feira do mês e o segundo até à 1ª quarta-feira do mês seguinte. O calendário indicativo dos leilões de reabertura que vierem a ter lugar será anunciado trimestralmente. O montante indicativo do conjunto dos dois leilões de lançamento deverá situar-se no intervalo de EUR 1250 a 2000 milhões, enquanto o montante indicativo dos leilões de reabertura será entre EUR 500 e 750 milhões. Poderão realizar-se dois leilões de BT em simultâneo, com o montante indicativo correspondente a manter-se numa base individual.

O calendário e montantes indicativos dos leilões de BT a realizar no 2º trimestre de 2010 constam do quadro seguinte:

Instrumento	Operações	Número	Data indicativa	Montante indicativo (líq.) EUR milhões
BT18MAR2011	Lançamento (2º leilão)	1	7-Abr-10	500-750
BT23JUL2010	Reabertura	1	21-Abr-10	500-750
BT21JAN2011	Reabertura	1	21-Abr-10	500-750
BT19NOV2010	Reabertura	1	5-Mai-10	500-750
BT18FEV2011	Reabertura	1	19-Mai-10	500-750
BT17SET2010	Reabertura	1	2-Jun-10	500-750
BT18MAR2011	Reabertura	1	16-Jun-10	500-750

5. Outro financiamento

A República recorrerá ainda ao financiamento de muito curto prazo, através da contratação de operações de reporte, de linhas de crédito ou da emissão de papel comercial, por forma a aumentar a flexibilidade do programa de financiamento face a flutuações das necessidades de tesouraria.

O programa EMTN, estabelecido em Janeiro de 2009 e renovado em Fevereiro de 2010, permite ainda a realização de financiamento oportunístico, isto é, com poupanças face à curva de OT. Insere-se neste contexto a emissão de USD 1,25 mil milhões realizada a 18 de Março de 2010.

6. Gestão de riscos e programa de recompras

A gestão do risco de refinanciamento implicará que as operações de financiamento a realizar evitarão a criação de excessivas concentrações temporais de amortizações, assim como a realização de operações de recompra de dívida, oportunamente anunciadas ao mercado. Em 2010, realizaram-se já quatro leilões de recompra sobre as OT com vencimento em 2010 e 2011, tendo o montante total recomprado ascendido a cerca de EUR 1,6 mil milhões.

Como habitualmente, o IGCP manterá flexibilidade para introduzir na execução deste programa os ajustamentos que se venham a revelar necessários face à evolução dos mercados e das necessidades de financiamento ao longo do ano.

IGCP, 30 de Março de 2010